

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA**



PIBIC 2003/2004

Relatório Parcial de Pesquisa

**O IMPACTO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS BRASILEIRAS NA
DÉCADA DE 1990 SOBRE O MERCADO FORMAL DE TRABALHO
DE SANTA CATARINA**

ALUNO: CLAUDIA TERESA PILLATTI, CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 7ª
FASE.

ORIENTADOR: PROFESSOR LAURO FRANCISCO MATTEI, CENTRO SÓCIO-
ECONÔMICO, DEPARTAMENTO DE ECONOMIA.

Florianópolis, 31 de agosto de 2004.

Assinatura do Candidato

Assinatura do Professor Orientador

1.TÍTULO

O impacto das políticas econômicas brasileiras na década de 90 sobre o mercado formal de trabalho de Santa Catarina.

2.RESUMO

Nas últimas décadas do século XX ocorreram transformações na economia mundial como a mudança de modo de produção, a difusão do novo paradigma tecnológico e o desaquecimento da economia mundial, os quais repercutiram sobre o mercado exportador. de modo que a economia mundial entrou em uma nova fase de expansão. Esta nova ordem impôs desde a reestruturação do sistema produtivo até a implantação de políticas econômicas por parte dos governantes como forma de ajustar as economias.

Nesse contexto, evidencia-se que as políticas econômicas adotadas e implantadas no Brasil a partir de 1990 visaram enquadrar o Estado nos moldes do capitalismo contemporâneo. Para isso, foram implantadas políticas de desregulamentação comercial e financeira, privatizações, abertura comercial e ajuste fiscal. Frente a este novo cenário econômico, marcado pela concorrência acirrada, as empresas passaram a buscar um sistema de relações de trabalho mais flexível para reduzir os custos produtivos e manter sua participação no mercado.

No mercado formal de trabalho os impactos estão sendo significativos. Uma vez que vêm aumentando a informalidade e o número de trabalhadores excluídos do próprio mercado de trabalho. Além disso, este processo está reduzindo os postos formais de trabalho em determinados setores, como é o caso mais evidente da indústria de transformação.

A pesquisa objetivou estudar e analisar o impacto das políticas econômicas implantadas no Brasil na década de 1990 sobre o mercado formal de trabalho de Santa Catarina, Utilizou pesquisa bibliográfica e quantitativa, obtida através dos microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

Palavras-chave (3): Políticas econômicas; mercado formal de trabalho; Santa Catarina.

3.INTRODUÇÃO

3.1 Revisão Bibliográfica

3.1.1 As transformações do capitalismo no final do século XX

Nas últimas décadas do século XX ocorreu uma série de transformações na economia mundial, colocando as atividades econômicas em uma nova ordem mundial¹. Esta nova ordem,

¹ De acordo com Massuda, (2002, p.01), «Ao longo das duas últimas décadas do século XX o mundo passou por intensas transformações. Os principais movimentos podem ser identificados pela globalização das atividades econômicas, da produção e financeira, simultaneamente ao surgimento de novo paradigma industrial e tecnológico, baseado nas aplicações da microeletrônica».

comandada pelo ideário neoliberal, impôs desde a reestruturação produtiva do até a implantação de políticas de ajustes econômicos, por parte dos governos de vários países.

Esta nova ordem impactou o mundo do trabalho através da precarização das relações de trabalho, do aumento do desemprego e da queda do emprego formal. A partir daí as relações de trabalho passaram a serem definidas de acordo com os interesse de competitividade, produtividade e rentabilidade.

Todavia, as políticas econômicas implantadas em resposta a reestruturação capitalista vigente, embora eficientes para combater a instabilidade econômica, elevaram os déficits fiscais, trouxeram a subordinação aos capitais internacionais especulativos, bem como contribuíram para reduzir os investimentos, fatos estes que impactam sobre o mundo do trabalho formal.

Dessa forma, esta revisão objetiva fazer uma breve representação da transformação do capitalismo no final do século XX, mais especificamente a partir da década de 1970, a qual representa um marco para a economia mundial.

3.1.1.1 Aspectos gerais da reestruturação econômica mundial

a) Caracterização pós-1970

A reestruturação econômica mundial pode ser observada mais intensamente a partir do período pós-décadas de ouro do capitalismo, qual seja, após a década de 1970, período em que houve fortes mudanças na ordem financeira internacional com o objetivo de atenuar os efeitos da crise econômica.

A partir deste período muda o modo de produção que até então dominava o sistema capitalista. O modo de produção Fordista, bem como, o modelo de consumo baseado nesta produção entrou em colapso. Neste período, a produção passa a basear-se no modelo Toyotismo de produção, que prevê a produção com estoques controlados e via montagem de componentes². Com isso, a produção deixa de ser baseada na integração vertical do sistema produtivo, com empresas produtoras fabricando todos os componentes dos bens, e passa a ser baseado na integração empresarial, com a especialização de empresas em componentes que fazem parte do processo de montagem do bem. Há uma forte utilização, no novo processo, das inovações tecnológicas que permitem às empresas otimizar e dinamizar a produção com redução de tempo, mão-de-obra e espaços, que passam a ser distribuído no território mundial.

Na visão de Pereira (1998, p. 107), “a busca de ‘flexibilidade’ na organização da produção, em contraste com a rigidez do modelo fordista, passa a ser sinônimo de redução dos gastos com mão-de-obra direta pelas empresas, resultando em redução da segurança do emprego e acentuando as formas de ‘precarização’ do trabalho”. Neste caso, a sub-contratação do trabalho pelas grandes empresas passa a fazer parte de uma estratégia empresarial sendo a redução de custos do trabalho uma arma para vencer a concorrência.

² Ver Hobsbawm (1995); Arienti (2003); Lara (2002).

Na visão de Lipietz (1998, p. 56-59 *apud* Lara, 2002), a crise de 1970 caracterizou-se por uma crise de estagnação na produção, com queda na rentabilidade do capital empregado, em um cenário de inflação. Sem contar que foi caracterizada pela desaceleração geral da acumulação, por sua vez medida pela desaceleração do crescimento do produto manufatureiro.

Assim, os índices de crescimento econômicos conhecidos no período de ouro do capitalismo perdem fôlego. As operações do período anterior se tornaram insustentáveis e acabaram com desigualdades, desemprego em massa, instabilidade e com perda de poderes econômicos por parte dos Estados nacionais. Esse mesmo Estado que até então comandava a economia através de mecanismos respaldados na doutrina keynesiana, que utilizava a transferência de renda via gastos do setor público com o intuito de expandir a demanda agregada e sustentar o crescimento econômico, agora cede espaço às políticas neoliberais, que atuam com mecanismos de livre negociação e com intervenção mínima do Estado (Mattos, 2001).

Nota-se que no período posterior a crise de 1970 o papel do Estado como promotor do crescimento econômico, através da ampliação dos gastos, é pouco exercido. Percebeu-se que essas políticas, além de não conseguirem evitar crises econômicas, levavam a outros desarranjos igualmente maléficos, como os desequilíbrios de Balanço de Pagamento ou a não sustentabilidade de conversão do dólar em ouro.

Assim, de acordo com Oliveira (1998) a instabilidade econômica e as crises pareciam eliminadas pelas políticas intervencionistas do Estado. Mas, em meados dos anos de 1970, a crise e a instabilidade voltaram a se manifestar, juntamente com o desemprego. Ganharam força, então, às propostas de retorno ao livre funcionamento dos mercados, mesmo desfavorável aos interesses das grandes massas.

Neste contexto de desordem e incertezas é que se expandem as políticas neoliberais. Na verdade, sua implantação visa sanar e prevenir as contas públicas, deter o avanço do desemprego, estabilizar as economias dos países inflacionários e impor um novo ritmo para a economia, quer na esfera produtiva ou na esfera financeira, através da globalização econômica³.

Este cenário que prevaleceu até o final do século elevou a incerteza, desestimulou os investimentos e reduziu o crescimento econômico. Ora há uma certa incerteza quanto aos investimentos em produção que provoca a migração dos capitais do setor produtivo para o setor financeiro. Nesta lógica, para que haja uma retomada dos investimentos na esfera da produção, há a necessidade de se criar um ambiente propício para a expansão do investimento.

Com uma economia mais competitiva, passa-se a conviver mais frontalmente com o problema do desemprego em massa, a insegurança dos postos de emprego formal, a exigência de qualificação, a pressão para o aumento da produtividade e a reorganização das empresas, que substituem a mão-de-obra por máquinas e joga milhares de trabalhadores no mercado informal e à margem de pouco amparo existente no Estado.

b) Reestruturação produtiva

³ Cf Mattei (2003)

A reestruturação pós-1970 foi permeada, entre outras forças, pela terceira revolução industrial, que expôs a revolução tecnológica para a produção e processos produtivos. Na verdade, a reestruturação capitalista foi promovida principalmente a partir da quebra de Bretton Woods, que impôs uma concorrência acirrada em defesa das margens de lucro (Mattos, 2001).

O novo sistema produtivo baseia-se no sistema japonês de produção, o toyotismo, que descarta a rigidez do modelo fordista, passando a ser sinônimo de redução dos gastos com mão-de-obra direta por empresas, resultando em redução da segurança do emprego e acentuando as formas de “precarização”⁴ do trabalho (Pereira, 1998).

O fordismo foi extinto em decorrência da desaceleração dos ganhos de produtividade que se apresenta no período (Pereira, 1998). Em seu lugar, o toyotismo foi implantado tendo em vista o cenário de uma economia globalizada, em que predomina a lógica financeira e a rentabilidade em curto prazo, onde as empresas procuram, antes de tudo, aumentar a flexibilidade e reduzir os custos (Kovács, 2003).

No que tange ao crescimento econômico, a reestruturação produtiva significou importante saída para a economia de vários países, uma vez que, dada uma crise de demanda, foi importante utilizar as inovações tecnológicas da terceira revolução industrial para reduzir custos da produção, melhorar a qualidade dos produtos, aumentar a produtividade e lucratividade.

Não sem razão, o período posterior à crise de 1970 foi marcado por nova postura por parte dos Estados nacionais. “O Estado transformou suas formas e funções para responder à crise da economia a partir da década de 1970” (Arienti, 2003, p. 97). Ou seja, o desgaste do poder público e a participação bem menor do Estado na proteção e promoção da população nacional ocorrem como tentativa de reorientar o desenvolvimento econômico (Baltar, 1998).

A reestruturação produtiva parte do princípio que, em cenário de alta concorrência e de baixas vendas, é preciso dinamizar a produção e reduzir custos para manter-se no mercado concorrencial e para manter certa margem de lucratividade no setor produtivo. A partir disso, a reestruturação produtiva traz subjacente a inovação dos processos, o qual recai sobre a força de trabalho através das flexibilizações e subcontratações (Mattos, 2001).

Na verdade, a reestruturação produtiva trouxe a automatização da produção com a forte substituição da força de trabalho por máquinas. Esta nova dinâmica trouxe um agravante sobre o mundo do trabalho através do aumento do desemprego ou com a flexibilização das relações de trabalho.

Esta reestruturação ocorreu em todas as esferas produtivas. No entanto, ela é mais fortemente observada na indústria de transformação, uma vez que neste ramo houve maior inversão em automatização produtiva, além de uma vasta reestruturação organizacional das empresas através da reestruturação de métodos, o que possibilitou a elevação da produtividade e lucratividade.

Para Nakano (1994, p. 10, *apud* Martins, 2001), as inovações tecnológicas ocorridas a partir da terceira revolução industrial geraram um novo paradigma tecnológico-organizacional e trouxeram mudanças drásticas para a economia nas décadas seguintes. Com isso, o período final do

4 Este conceito é utilizado pelo autor (p. 107), para caracterizar substituição das relações formais de emprego (carteira de trabalho assinada e demais benefícios) por relações informais de compra e venda de serviços de terceiros, tais como a contratação de trabalhadores por tempo determinado, o trabalho em tempo parcial, o trabalho a domicílio, etc.

século é marcado ainda pela superação do método de produção mundial. Abandonou-se o modo de produção fordista, baseado em produção seriada dos bens, para uma produção através da montagem de componentes com a utilização de processos desenvolvidos no Japão, como o *Kamban* e *Just in Time*.

A mudança nos modelo de produção observada no final de século passado é resultado dos novos paradigmas tecnológicos⁵, organizacionais e concorrenciais. Todavia, de acordo com Cavalcanti et al:

“A reestruturação (com novos materiais, informatização, automação e robotização, flexibilização e terceirização da produção), somada à adoção da ‘modernização conservadora’, levaram a um processo de destruição de empregos em pleno período de crescimento econômico, dando uma característica estrutural ao desemprego (1996 p. 52)”.

“O fim do ‘compromisso keynesiano’(…), ampliou consideravelmente a chamada insegurança no emprego: redução dos benefícios sociais, restrição ao seguro-desemprego, etc” (Cavalcanti, et al, *idem*, p. 55). E ainda, facilitou as demissões, as contratações temporárias e contribuiu para o aumento do desemprego, sem contar com a precariedade e a informalidade das relações de trabalho que se agravaram.

Nesta lógica, fica claro que “diante do acirramento da concorrência internacional, a redução dos custos transformou-se em prioridade, forçando as empresas a uma reorganização da produção, que, via de regra, resultou num aumento da insegurança do trabalho” (Pereira, 1998, p. 114).

3.1.1.2 Aspectos gerais do mercado de trabalho

As mudanças econômicas ocorridas nas últimas décadas em nível mundial e nacional contribuíram de forma significativa aos impactos negativos sobre o setor produtivo e o mercado de trabalho. Justificam-se, em parte, pela busca da redução da vulnerabilidade da economia nacional às crises, para conter tanto os desequilíbrios macros, como os déficits públicos, problemas na balança comercial e o temor do retorno da inflação elevada; quanto aos desequilíbrios micros, como o desempenho da produtividade, as pressões dos custos dos insumos e a obsolescência dos investimentos passados (Dedecca, 1999).

Na verdade, se implementou uma série de políticas econômicas que impactaram os sistemas produtivos nacionais e impuseram uma reestruturação produtiva das empresas. Em suma, a reestruturação ocorreu em resposta ao forte nível de concorrência que se instalou, e permeado pela revolução tecnológica, e que requereu uma forte e igualmente reestruturação do mercado de trabalho como um elemento importante de concorrência.

As configurações das políticas adotadas pelas empresas podem ser traduzidas através da flexibilização e precarização das relações formais de trabalho; a desregulamentação de leis e

⁵ Para caracterizar a importância da tecnologia na produção utiliza-se a visão de Cavalcanti et al (1996, p. 25), enfatizando “que o objetivo da tecnologia é economizar tempos de trabalho, tanto das máquinas quanto do trabalhador e, conseqüentemente, os tempos mortos”.

⁵ Na análise de Mattoso (1999, p. 33), “as últimas décadas têm sido teatro de acentuada globalização com intensificação dos fluxos financeiros internacionais, acirramento da concorrência e crescente integração entre as economias nacionais, com a emergência de um padrão de acumulação dominado pela esfera financeira, em crise estrutural”.

direitos trabalhistas; a redução da jornada de trabalho, bem como, a contratação de serviços terceirizados como redutor de custos com mão-de-obra direta. “Assim, as novas relações de trabalho apareceram com um elemento fundamental para a sobrevivência das empresas num mundo econômico cada vez mais instável e concorrencial” (Dedecca, 1999, p. 37).

Neste enfoque, as empresas passaram a defender um sistema de relações de trabalho o mais flexível possível para reduzir os custos do processo de racionalização produtiva. Porém, os impactos sobre os mercado de trabalho formal, frente às mudanças, é o colapso do próprio mercado de trabalho. Pois, visto um crescimento econômico débil nos últimos anos, o que se verifica é o aumento da informalidade e do aumento do número de trabalhadores à margem do mundo do trabalho.

De acordo com Mattoso (1999, p. 14), “a geração de emprego sofreu as conseqüências profundamente desestruturantes de um processo de retração das atividades produtivas acompanhado do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenha colocado no lugar outras capazes de substituí-las”. Percebe-se assim, que o desmonte das relações de trabalho aparece, basicamente, como necessária para a eficiência e competitividade das empresas.

Quanto às mudanças nas relações de trabalho presentes nestas últimas décadas e que contribuem para comprometer o mercado formal de trabalho, cabe destacar a flexibilização e a precarização das relações de trabalho e a desregulamentação de leis e direitos trabalhistas. Esses aspectos passam a definir as relações trabalhistas, de modo que se impõe a sua intensificação como forma de combate aos problemas de desemprego, por exemplo.

Destaca-se na seqüência os principais aspectos dessas mudanças que estão afetando as relações de trabalho no cenário atual.

i) Flexibilização das relações de trabalho

Por flexibilização das relações de trabalho entende-se a redução das regulamentações que protegem as contratações de mão-de-obra pelas empresas. Na verdade, busca-se flexibilizar através da redução dos benefícios de seguro-desemprego, da redução ou eliminação das leis de proteção ao emprego, como por exemplo, a reforma da Consolidação das Leis Trabalhistas, através da redução da determinação de níveis salariais por setor ao passo que prevaleça a negociação coletiva, e finalizando a redução do poder dos sindicatos.

Dessa forma, as empresas utilizam o argumento de que as relações de trabalho são muito rígidas, encarecendo os custos e diminuindo os lucros destas empresas. Na verdade argumentam que a rigidez é necessariamente um entrave para as empresas produzirem. Logo, enfatizam que a flexibilidade das relações de trabalho contribuiria para aumentar os postos de trabalho e aumentar a produtividade.

Todavia, na visão de Camargo (1996), a produtividade dos setores produtivos está relacionada também ao nível de segmentação dos setores, ou seja, pode haver produtividade via transferência de trabalhadores de um segmento para outro. Neste caso, haverá um mercado de trabalho segmentado com baixo índice de desemprego mesmo com rigidez nas relações de trabalho.

De acordo com Belluzzo (1996b *apud* Mattos, 2001), “essa resistência às inevitáveis transformações tecnológicas e organizacionais acaba prejudicando a oferta de empregos”. Assim, diante de uma concorrência acirrada as empresas só podem competir se avançar à flexibilização das relações de trabalho. As regulações das relações de trabalho são contra os interesses da generalização da livre negociação comercial

No Brasil, no decorrer da década de 1990, sem dúvida, adotou-se o debate da flexibilização das relações de trabalho para superar o momento de recessão ascendente. A flexibilização neste cenário de reestruturação produtiva, que se instalou a partir das políticas de abertura comercial e desregulamentação de mercados e concorrência, seria um elemento importante para estimular a produção, através do aumento dos investimentos, e decisivo para gerar mais empregos. (Mattos, 2001).

De modo geral, a flexibilização das relações de trabalho aparece a partir do momento que se acirrou a necessidade de ajustes fiscais pelos governos de modo a reduzir seus gastos. Os reflexos deste ajuste macroeconômicos recaem sobre as empresas que acabam por tomar medidas como a flexibilização trabalhista como forma de superar a queda da dinâmica econômica nacional e para superara a diminuição dos ganhos via intensificação da concorrência.

A defesa da flexibilidade dos mercados de trabalho surge como um fator de reversão do desemprego. Ou seja, numa época em que se prima pela estabilidade econômica e ajuste fiscal, a flexibilização do mercado de trabalho conduziria à retomada do crescimento econômico pela via da maior contratação e geração de renda. Neste caso, a redução dos custos relativos à contratação da mão-de-obra se refletiria em maior número de contratados.

Todavia, a flexibilização do mercado de trabalho reflete uma forma de redução dos custos de contratação da mão-de-obra, podendo não resultar em maior número de postos de trabalho. Busca-se, de fato, deixar as empresas mais livres na hora da contratação frente às flutuações econômicas. Dessa forma, o ajuste ocorreria rapidamente reduzindo os estoques de postos de trabalho quando a economia está em crise. Porém, não há uma mesma contrapartida quando a economia está aquecida, pois o mercado de trabalho ajusta-se lentamente no momento de crescimento econômico.

Estas idéias procuram justificar que a redução de direitos e garantias pode reduzir o desemprego. Com isso, num contexto de predominância da alta produtividade como meio de enfrentar a concorrência e também para viabilizar novos investimentos, a flexibilização das relações de trabalho passa a fazer parte da estratégia das empresas.

Porém, uma flexibilidade perversa pode acabar prejudicando a classe trabalhadora e, no longo prazo, também as empresas. Como argumenta Urani (1996), o mercado de trabalho pode até ser flexível em demasia, mas essa demasia acaba prejudicando as empresas pelo fato de as fragilidades das relações de trabalho impedirem a acumulação de capital humano necessária para os ganhos empresariais.

ii) Precarização das relações de trabalho

A precarização das relações de trabalho diz respeito às condições pelas quais o trabalhador fica submetido enquanto desempenha suas atividades funcionais produtivas. Trata-se de condições trabalhistas que não respeitam os direitos dos trabalhadores e condições que ferem a legislação ou que estão baseadas nas teorias de flexibilização das condições de trabalho, com o intuito de elevar a produtividade ou reduzir os custos da produção.

Nos anos 90, ampliou-se a precarização das relações de trabalho quando se verifica que houve a ampliação do assalariamento sem carteira assinada, dos trabalhadores por conta própria e dos microempresários. Na verdade estes elementos refletem as condições precárias dos empregos formais que não mais oferecem condições produtivas capazes de aumentar a acumulação de capital humano.

A precarização das relações de trabalho decorre da concorrência individual por escassos empregos formais de qualidade que oferecem garantias sociais, melhores salários e benefícios. A concorrência entre os trabalhadores pelos postos de trabalho, quando considerados bons, leva as empresas a impor certas condições aceitas pelos trabalhadores. As empresas impunham ritmos intensos, horas extras com alimentação do banco de horas, férias coletivas ou produtividade em equipe e definição de salários por mérito individual (Legat, 2002).

De maneira geral, a forte desaceleração da economia contribui para empurrar milhares de trabalhadores ao mundo das condições de trabalhos precarizadas. Ou seja, na falta de uma perspectiva de crescimento econômico e aumento da geração de empregos os trabalhadores submetem-se às condições impostas pelas empresas como uma forma de garantia ou para não cair no mundo incerto do trabalho informal.

Outra questão importante da precarização das relações de trabalho diz respeito à baixa qualificação dos trabalhadores. Isto é, em alguns setores produtivos, a baixa qualificação ou a escolaridade dos trabalhadores desempregados em especial acaba por empurrá-los para as atividades em que as relações de trabalho deterioram-se gradualmente. Em função da não qualificação, é alocada como estratégia da empresa para postos com possibilidade de melhores salários é incompatível.

Uma outra realidade importante que vêm ocorrendo é em relação da sub-contratação das macro-empresas, pois quando estas se deparam com dificuldades de venda de mercadorias ou de atingir certa rentabilidade há a tendência de redução de investimentos. Por conseguinte, como forma de reduzir seus custos as empresas empurraram para empresas terceirizadas parte menos rentável da produção, os custos de contratação e desligamento de trabalhadores, bem como, as condições mais precárias da produção (Mattoso, 1998).

Em geral, as empresas buscam na precarização das relações de trabalho uma forma eficiente de redução de custos e aumento da produtividade. Não estão muito interessadas nas relações individuais dos trabalhadores, mas manter-se no mercado concorrente. De acordo com Mattoso (1998), em nome da concorrência e graças ao enfraquecimento de formas de organização coletivas, deterioram-se as relações de trabalho e manifesta-se uma intolerância aos excluídos e desempregados, que continuam a crescer numericamente.

iii) Desregulamentações de leis e direitos

A desregulamentação de leis e direitos compõe o arcabouço das formas de flexibilização das relações de trabalho com o intuito de redução de custos por parte das empresas, e, por conseguinte, manutenção das taxas de lucratividade. As empresas estão buscando constantemente livrar-se das regulamentações e das responsabilidades trabalhistas a fim de manterem-se mais competitivas.

De acordo com Baltar (1998, p. 158), “as leis trabalhistas brasileiras não dificultam a demissão e a empresa encontra facilidade para dispensar porque não existe uma organização sindical forte que a pressione”. Logo, redução das leis trabalhistas não serve para aumentar as contratações por parte das empresas, mas torná-las mais competitiva e com maior rentabilidade.

Este fenômeno, somado ao nível de desemprego e salários, à flexibilização e precarização das relações do mercado de trabalho, é resultante de políticas ortodoxas implantadas nas últimas décadas e que refletem a crise do sistema capitalista contemporâneo. Em síntese, são frutos de políticas de finanças públicas, da retração da ação pública como fomentadora da produção, assim como, das políticas de taxas de juros e câmbio (Mattoso, 1998).

As empresas não estão preocupadas que se mantenham direitos para os trabalhadores. Preocupam-se em flexibilizar em maior grau possível as relações de trabalho e transferem para os Estados Nacionais as conseqüências como o desemprego crescente, os crescentes números de empregos informais ou as desigualdades regionais.

Na visão de Mattoso (1998), o que está se propondo é que o Estado saia do cenário como regulador das relações trabalhistas. Propõe-se limitar sua atuação nas políticas sociais mais restritivas como a aposentadoria ou o seguro desemprego, e deixando as negociações coletivas por conta do livre mercado e a responsabilidade por qualquer desgraça do mercado por conta do trabalhador.

Já outro dado importante refere-se ao impacto que a flexibilidade das leis trabalhistas pode causar sobre o emprego formal. Ou seja, esta maior flexibilidade pode aumentar o desemprego formal ou deixar os postos existentes mais vulneráveis, pois como há a partir disso uma maior facilidade de contratar e dispensar força de trabalho, o emprego formal varia muito ao longo dos períodos, determinado pelo ritmo das vendas e da produção.

Esta instabilidade de emprego por parte dos trabalhadores, gerada pela flexibilização das leis trabalhistas que permite este tipo de mecanismo, provoca uma variação na renda dos trabalhadores. Esta variação pode, sem dúvida, empurrá-lo ao mercado de trabalho informal e contribuir para aumentar grau de pobreza da população. Por outro lado, as empresas pode estar prejudicando-se por não investirem na acumulação de capital humano.

Assim, rebaixar os padrões mínimos da força de trabalho com remuneração baixa não é a melhor saída para enfrentar os problemas de desemprego ou a competitividade, isto porque no Brasil já há uma certa flexibilidade e que, no entanto, não avança para aumentar postos de trabalho. Segundo Baltar (1998, p. 158), “caminhar nessa direção é permitir que os empregadores se adaptem

à pressão competitiva pelas linhas de menor resistência, o que não necessariamente conduz a uma posição competitiva mais sólida”.

3.1.2 Principais políticas econômicas e suas características

Este item tem como objetivo apresentar uma discussão sobre as principais políticas econômicas implantadas no Brasil durante a década de 1990 de modo a verificar os impactos sobre o mercado de trabalho urbano do Brasil e de Santa Catarina.

O ponto de partida será o contexto de final de anos de 1980, uma vez que a partir deste período verifica-se uma tendência mundialmente marcada pela forte reestruturação econômica, financeira e produtiva. Na verdade, as políticas econômicas visavam formas mais precisas de ganhos crescentes de produtividade. Não sem razão, de acordo com Hobsbawm (1995, p. 268), procurou-se viabilizar uma forma mais dinâmica do processo capitalista de livre comércio, de livre movimento de capitais e de livre circulação de moedas; estas inclusive que precisavam ser salvas de si mesmas para sobreviver no sistema.

a) Abertura comercial

No Brasil, a abertura comercial teve data efetiva de atuação os anos de 1990 e 1991, mesmo que já tenha havido redução de alíquotas em 1988. Este período representa uma virada na história econômica do país. Pois, esta, apresentava-se em décadas anterior extremamente fechada e com forte presença do Estado como produtor dos bens e serviços (Baumann, 1999).

A abertura comercial caracteriza-se pela redução ou eliminação das barreiras tarifárias para os bens importados. Esta prática, em geral, eleva significativamente o coeficiente de importações. Porém, ressalta-se que esta política eleva a especialização dos setores produtivos, bem como redireciona a produção para o mercado interno, haja vista que as exportações de bens elaboradas decresceram (Stallivieri, 2002).

Este fato amadurece porque se percebe que é necessário reorientar a política econômica à entrada de bens de consumo interno e à sua produção para fortalecer a macro empresa capitalista do exterior. Neste caso, cabe ao país que abre suas fronteiras exportar bens primários e tentar segurar-se nos superávits comerciais, mesmo que as custas de déficits em seus balanços de pagamentos.

Nesta lógica, a abertura comercial projeta-se como uma variável importante para a estabilidade de preços em economia com alta inflação e para a estimular a modernização dos parques industriais, visto que a importação de bens de produção aumentaria com a abertura⁶. Sem contar que esta mesma modernização proporcionaria redução dos custos com mão-de-obra e maior rentabilidade, podendo haver maior competitividade frente aos produtos de consumo importados.

⁶ Sobre ponderações acerca das conseqüência da redução dos custos operacionais alcançada pela indústria doméstica graças à maior penetração dos bens de capital importado, cf. Ulhôa (1999, p.04).

Por bem, a abertura comercial aumentou a concorrência e impôs um novo modelo de comportamento produtivo das empresas⁷. A reestruturação produtiva foi algo que não pode ser negada frente às exigências do mercado⁸. Porém, segundo Lins (1998, p. 8), “ao mesmo tempo em que possibilitou avançar nas modernização de processos produtivos, a reestruturação contribuiu para tornar redundante parcela considerável da mão-de-obra diretamente empregada”.

A abertura comercial da forma que ocorreu no Brasil contribuiu para romper algumas cadeias produtivas, devido ao elevado coeficiente de importações que ocorreram no início da década. Na verdade, houve o aumento do desemprego estrutural pelo grau de desindustrialização que se traduz em menor coeficiente de valor agregado por unidade exportada (Tavares, 1998).

b) Desregulamentação de mercados e concorrência

A desregulamentação de mercados e concorrência baseou-se na tese de que a participação do Estado na economia e nos mercados deva ser limitada, apenas como regulador e não como controlador do mercado. Nisso, de acordo com a tese, a economia passaria, então, a ser controlada e administrada mais eficazmente pelo mercado. Preços e alocações de recursos passam pela força dos mercados e não mais por regulamentos governamentais.

No Brasil, a adoção desta política contribuiu para intensificar concorrência dos setores produtivos dos países por conta da avaliação dos mercados. Dessa maneira, onde todos têm as mesmas possibilidades de negociação e não há regulação para tanto, instala-se um ambiente de instabilidade, incerteza e dificuldades de permanência no mercado, com um peso muito grande sobre o mercado de trabalho.

Na verdade, a desregulamentação de mercados acirrou a concorrência das empresas nacionais *versus* empresas transnacionais num período de fraca demanda e onde todas buscam conquistar mercado⁹. Como resultante, cria-se um ambiente de tendência à redução de custos para uma sobrevivência confortável no mercado e para recuperação de rentabilidade de investimentos (Mattos, 2001). Os esforços para reduzir e flexibilizar os custos ocorreram através da introdução de inovações produtivas e de inovações organizacionais¹⁰.

Visto desta forma, a desregulamentação dos mercados permitiu a concorrência ampla das empresas de modo que não há barreiras entre o nacional e o internacional. Disso resultou, então, uma racionalização produtiva que se orientou para a obtenção da maior flexibilidade na utilização do

7 De acordo com Ulhôa (1999, p.01), “a abertura que se inicia nos anos 90, tem implicado em grandes transformações no conjunto da economia. Os efeitos dessas mudanças podem ser expressas, por exemplo, no processo de reestruturação e racionalização produtiva”

8 Mattoso (1999, p. 26) defende que, “com a desregulamentação financeira e cambial e uma abertura comercial indiscriminada instalou-se um festival de ganância especulativa e patrimonial que, de certa forma, ocultou os riscos de desajuste global, de vulnerabilização de dependência crescente de nossa economia”.

9 Um aspecto importante a destacar é que este ambiente concorrencial é resultado de uma combinação de fatores políticos e econômicos que se criaram após a crise da década de 70. De certa forma foi este ambiente que criou as condições para a emergência e a expansão da nova proposta produtiva capitalista.

10 Segundo Lins (1998, p. 9), “em contexto de mercados mais “voláteis”, e em meio à disseminação de padrão tecnológico que oferece novas possibilidades de organização da produção e do processo de trabalho, flexibilizar os custos tornou-se palavra de ordem para as empresas para fazer frente às incertezas e ao risco inerentes às novas condições de concorrência

capital e do trabalho (Dedecca, 1999). Não sem razão, por outro lado, orientou-se para a diminuição dos riscos impostos por esta mesma desregulamentação e concorrência acirrada dos mercados.

Nesta visão, de acordo com Mattoso (1998), entende-se que a abertura comercial indiscriminada, a desregulamentação dos mercados e da concorrência, a sobrevalorização cambial e os elevados juros provocaram mudanças na estrutura produtiva nacional e um encolhimento na geração de oportunidades ocupacionais.

3.2 Justificativa

Num contexto de políticas econômicas de estabilização, lento crescimento econômico, desnacionalização do mercado interno, reduzidos ganhos produtivos, encolhimento do Estado que contribuem para a deterioração do mundo do trabalho, justificam-se estudos que alimentem o debate sobre os problemas atuais do mercado formal de trabalho, em especial o de Santa Catarina, e que apontem novas expectativas para os trabalhadores, empresas e governantes.

Logo, tendo em vista que muitas vezes, “ao invés de a informação contribuir para a elucidação do fenômeno, tão necessária para a discussão de políticas que busquem enfrentar o problema, ela aparece como um instrumento de manipulação política, de uma visão fetichizada da realidade nacional” (Dedecca, 1998, p. 103), justifica-se o estudo científico que se apresenta por acreditar que ele pode servir de agente de informação e formação da sociedade em geral.

Neste plano, deve-se destacar a importância do estudo no sentido de contribuir para propor mudanças no mundo do trabalho urbano formal para os próximos anos. Pois, no momento que estará mostrando as transformações que o mesmo sofreu ao longo da década poderá se verificar para onde converge o mercado, quais os impactos para a certa região ou para os setores produtivos e qual as estratégias que deverão ser adotadas para amenizar certos impactos negativos, como é o caso da migração agrícola.

Evidencia-se também a importância da pesquisa em identificar o perfil do mercado formal de trabalho catarinense e quais as mudanças estruturais que estão ocorrendo nestes últimos, como por exemplo, as ocupações dos PFT segundo gênero, idade escolaridade e jornada de trabalho. Assim como, a importância em traçar uma trajetória do comportamento do mercado formal de trabalho através da quantificação dos PFT, permitindo dessa forma identificar os impactos do mercado formal de trabalho catarinense frente às mudanças econômicas ocorridas no Brasil na década de 1990 até os dias atuais.

3.3 Objetivos

3.2.1 Objetivo Geral

Estudar e analisar os impactos das políticas econômicas brasileiras na década de 1990 sobre o mercado formal de trabalho de Santa Catarina.

3.3.2 Objetivos Específicos

1. Identificar e analisar as principais políticas econômicas implantadas no país na década de 1990;
2. Identificar e analisar as características do mercado de trabalho formal catarinense na década de 1990;
3. Investigar e analisar o comportamento dos níveis de emprego formal em Santa Catarina na década de 1990;
4. Identificar e analisar o perfil dos estabelecimentos de Santa Catarina na década de 1990.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 Natureza do Estudo

Haja vista que a ciência abre caminhos para conhecer a sociedade, o passado desta sociedade, ou mesmo através do estudo dos fenômenos que a permeiam transformá-la de modo a inferir novas realizações científicas (Munhoz, 1989), apresenta-se, por ora, um relatório que ganha relevância ao abordar parcialmente o tema proposto com uma abordagem de recorte quantitativo¹¹. Essa abordagem permitiu a aproximação do objeto de estudo e o alcance parcial dos objetivos específicos.

Para a realização da pesquisa com abordagem quantitativa utilizou-se a base de dados do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho do Trabalhador (PDET) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), qual seja, o Registro Anual de Informações Sociais (RAIS).

A RAIS é um registro administrativo de periodicidade anual. Constitui um instrumento para o cumprimento das normas legais, como também é importante para o acompanhamento e a caracterização do mercado formal de trabalho. Instituída pelo Decreto no 76.900, de 23/12/75, a RAIS tem por objetivo o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no País, e ainda, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

Como se verifica o RAIS é um instrumento que abrange postos formais de trabalho dentro de uma limitação categórica. É uma base que considera o mercado de trabalho dos trabalhadores com proteção legislativa e sindical. Porém, não faz a separação dos postos formais de trabalho quanto à situação domiciliar, como urbana ou rural, prejudicando uma análise mais criteriosa que envolva o mundo do trabalho.

Dessa forma, dada a indisponibilidade de meios que permitam a identificação e separação dos postos formais de trabalho urbano nos instrumentos de pesquisa empírica, a pesquisa delimitada em seu projeto original como o estudo e análise dos postos formais de trabalho urbano de

¹¹ Sobre Análise quantitativa de dados, cf. Fochezatto e Carvalho, 2002, P. 212 e seqs.

Santa Catarina passa a abranger o estudo e análise dos postos formais de trabalho de Santa Catarina.

4.2 Caracterização do Estudo

A caracterização do estudo foi apoiada em objetivos exploratórios. O mesmo enfoque permitiu maior intimidade com o problema, além de ter permitido levantar, até o momento, uma análise parcial dos aspectos pertinentes às políticas econômicas implantadas no Brasil na década de 1990 (primeiro objetivo específico alcançado), e às características e comportamento do mercado de trabalho formal urbano de Santa Catarina (segundo objetivo desenvolvido parcialmente e terceiro objetivo e quarto específico ainda a ser desenvolvido).

Para tanto, a caracterização exploratória foi desenvolvida com a pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de material já existente, pesquisa em base de dados estatísticos e a pesquisa documental, contemplada pela análise de documentos coletados a partir da base de dados RAIS e Ministério do Trabalho e Emprego.

4.3 Técnicas de Coleta de Dados

As técnicas utilizadas para coletar os dados e informações necessárias para desenvolver o estudo e alcançar parcialmente os objetivos específicos foram de natureza secundária. Ou seja, aqueles disponíveis em locais públicos e que não contemplaram o pesquisador como participante da formação dos dados, como livros, revistas e outros.

Para a análise empírica da pesquisa, a qual contempla a investigação e mensuração dos postos formais de trabalho de Santa Catarina através da base de dados do MTE, a coleta foi realizada através de CD-ROM, permitindo, dessa forma, as tabulações referentes à análise empírica da pesquisa.

Considerou-se para esta análise variáveis geográficas, setoriais, de vínculo e individuais e que representavam seus respectivos números de empregos em 31 de dezembro do ano base no intervalo de 1991 a 2002¹². Além da mensuração de empregos individuais para cada variável foi utilizado o cruzamento de diversas variáveis com o intuito de ampliar o escopo de análise. Assim, a análise foi desenvolvida a partir do tabulamento da seguinte variáveis individuais e variáveis cruzadas:

–Geográfica : compreende o número total de empregos formais no Estado e nas seis mesorregiões do Estado (Oeste, Norte, Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul), assim como o cruzamento do Estado e da mesoregião com faixas de idade, faixas de escolaridade, faixas de remuneração, faixas de jornada de trabalho, gênero, tipo de vínculo e tipo de desligamento.

¹² São considerados como empregos em 31/12, os vínculos com data e causa da rescisão nulas. Todos os outros vínculos são considerados como desligados durante o ano.

–**Setorial:** compreende o número total de empregos formais segundo a divisão da economia catarinense em 9 subsetores e 26 categorias de atividade econômica, e que se apresentam de forma individual e cruzada com as variáveis Estado e mesorregiões, faixas de idade, escolaridade, remuneração e jornada de trabalho, gênero, tipo de vínculo e tipo de desligamento.

–**Vínculo:** compreende o número de empregos formais segundo tipo de desligamento do trabalhador, tipo de vínculo, remuneração média e jornada de trabalho, e se apresentam de forma individual de forma cruzada, como as variáveis geográficas e setorial.

–**Individual:** compreende o número de empregos formais segundo idade, gênero e grau de instrução, e se apresentam de forma individual e de forma cruzada com as variáveis geográfica e setorial.

Para a análise estatística foi utilizada a taxa de variação média¹³ que, em geral, emprega o conceito de que uma grandeza y(número de PFT) depende de outra grandeza x(tempo), ($y = f(x)$). De acordo com Unisinos (2004), quando denomina-se taxa de variação média de y relativa a uma variação (Δx) de x como sendo $\frac{\Delta y}{\Delta x}$ (razão incremental) onde Δy é a correspondente variação de y ($f(x_1) - f(x_0)$). Quando Δx tender a zero obter-se-á a taxa de variação em x.

Logo,

$$\text{Taxa de variação média: } \frac{\Delta y}{\Delta x} = \frac{f(x_1) - f(x_0)}{\Delta x} \dots\dots\dots (1)$$

5.RESULTADOS PARCIAIS

Fica evidente que, com a análise quantitativa relacionada com o aporte teórico, sobre transformação do capitalismo no final do século XX e sobre políticas econômicas implantada na década de 90 no Brasil e que causaram impactos sobre o mercado de trabalho formal de Santa Catarina, esta sendo possível verificar algumas proposições.

5.1 Características do mercado de trabalho formal urbano de Santa Catarina

Como característica do mercado formal de trabalho urbano de Santa Catarina destaca-se a distribuição dos PFT, mostrando seu comportamento no período de estudo, por gênero, nível de escolaridade e faixa de idade.

5.1.1 Gênero

Para santa Catarina o que se observa de acordo com a Gráfico 5.1, é que houve um crescimento da proporção da força de trabalho no mercado de trabalho formal urbano maior para o gênero feminino em detrimento do decréscimo da proporção para o gênero masculino. Ou seja,

¹³ Cf. Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos (2004).

enquanto o gênero masculino cresceu no período a uma taxa de 2,72% a taxa feminina foi aproximadamente o dobro, qual seja, 4,16% no mesmo período de análise.

Gráfico 5.1: Distribuição dos PFT segundo gênero em Santa Catarina no período de 1991 a 2002.

	masculino	feminino	SC
1991	542.468	294.298	836.752
1992	530.749	290.733	821.410
1993	556.965	308.685	865.198
1994	589.494	334.098	923.592
1995	579.003	329.742	908.745
1996	575.907	333.701	909.608
1997	594.712	345.029	938.708
1998	595.884	351.132	947.016
1999	633.335	378.596	1.011.931
2000	670.149	407.780	1.077.929
2001	713.211	442.501	1.155.712
2002	749.989	480.026	1.235.612

FONTE: RAIS/MTE

Também vale lembrar que a expansão do gênero feminino dentro do mercado formal que passa de 35,2% em 1991 para 38,8% em 2002 exprime a realidade da expansão do setor de atividade serviços e comércio em detrimento de uma menor expansão do setor indústria de transformação. Significando que o setor dominado predominantemente pelo gênero masculino está perdendo força pelo setor citado que pode estar suplantado na mão-de-obra feminina predominantemente.

Destaca-se ainda, que a redução da inserção do gênero masculino no emprego total de Santa Catarina na década de 90 justifica-se porque, “diante do acirramento da concorrência internacional, a redução dos custos transformou-se em prioridade, forçando as empresas a uma reorganização da produção” (Pereira, 1998, p. 114). Resultando, via de regra, da substituição e extinção de cargos ou da substituição dos ocupantes destes cargos.

Evidencia-se a partir do Gráfico 5.1 que o gênero feminino teve uma taxa de crescimento nos PFT superior ao gênero masculino. Isto significa que aquele está conseguindo uma inserção no mercado de trabalho nos últimos anos tendo em vista, entre outras coisas a redução da renda por família, que de certa forma impôs ao gênero esta inserção, também a aquisição de maior qualificação para ocupar os PFT.

5.1.2 Nível de escolaridade

A análise quantitativa dos postos formais de trabalho urbanos segundo o nível de escolaridade mostra como está comportando-se o mercado de trabalho quanto ao plano de qualificação da mão-de-obra. Ou seja, mostra se a premissa de que o problema do não preenchimento de vagas e de desemprego é um problema de qualificação da mão-de-obra.

Dessa forma, analisar o comportamento dos PFT pela ótica das proporções e taxas de crescimento dos níveis de escolaridade permite verificar se a mão-de-obra está buscando adaptar-se

às demanda do mercado e se o mercado realmente está deixando de empregar pelo motivo não qualificação, haja vista um contexto de reorganização econômica de base produtiva nacional e mundial que interferem no mercado local.

De acordo com Dedecca (1998, p. 873), a situação de desemprego para o trabalhador “é explicada pela reestruturação produtiva e pelas frágeis condições de empregabilidade (...); transfere-se para este a responsabilidade de estar desempregado e de resolver essa situação desfavorável”. Dessa forma, estar desempregado numa visão neoliberal seria uma responsabilidade do trabalhador, pois a não qualificação é a causa do seu desemprego¹⁴.

Tabela 5.1: Distribuição dos PFT segundo nível de escolaridade em Santa Catarina no período 1991-2002.

SC	Baixa	Média	Alta	Total
1991	559.622	182.145	90.887	836.752
1992	544.076	183.465	88.450	821.410
1993	567.390	200.417	93.757	865.198
1994	605.356	217.819	98.918	923.592
1995	576.611	220.986	101.842	908.745
1996	589.720	215.067	98.461	909.608
1997	583.017	245.071	109.688	938.708
1998	573.860	258.799	113.864	947.016
1999	585.413	289.511	137.006	1.011.931
2000	619.571	327.604	130.754	1.077.929
2001	628.690	372.743	154.279	1.155.712
2002	635.443	424.087	173.122	1.235.612

FONTE: RAIS / MTE

Através da tabela evidencia-se que o período analisado foi marcado pela ampliação de PFT na faixa de média escolaridade e alta escolaridade, que apresentou um crescimento de 7,3% e 5,51%, respectivamente, contra uma taxa pouco expressiva da baixa escolaridade que apresentou em taxa de crescimento em torno de 1,06%.

Isto significa, de certo modo, que há um contingente de trabalhadores, quer seja por força da demanda das empresas ou por maior acessibilidade à educação, alterando sua formação educacional e de qualificação. Mas, que, de forma inquestionável, este aumento de qualificação é puxado pela estruturação dos processos de trabalho e produção ocorrida, dentre outras coisas, pela abertura comercial que propiciou a entrada de tecnologia¹⁵.

Uma outra evidência que merece destaque é a de que o mercado de trabalho formal urbano de Santa Catarina, ainda está baseado na baixa escolaridade, qual seja que contempla até 8 anos de escolaridade. Isso mostra que a maior parte dos PFT são ocupados por uma baixa qualificação.

¹⁴ De acordo com Maia (2002), a abertura comercial impactou no mercado de trabalho e o efeito da mudança tecnológica sobre o emprego, no que se refere às compras de bens intermediários, o setor de extração de petróleo e gás foi o que mais destruiu postos de trabalho, tendo sido atingidos principalmente os qualificados.

¹⁵ Maia (2002) informa que a liberalização contribuiu para esta mudança na estrutura do emprego por qualificação.

Mesmo assim, observa-se que o período foi marcado pela melhora do nível de escolaridade da população que ocupam os PFT. Isto significa que, dada uma demanda por melhor qualificação por parte das empresas na perspectiva de melhorar a qualidade dos produtos e serviços produzidos, assim como, aumentar a produtividade, os trabalhadores estão buscando adaptar-se a este contexto na intenção de manter seu PFT ou ainda buscar melhores posições dentro do mercado formal de trabalho urbano.

5.1.3 Faixa de Idade

Neste tópico cabe analisar as condições dos ocupantes dos PFT quanto à idade. Essa análise permite mostrar uma das características dos trabalhadores formais de Santa Catarina em nível de idade e como evoluiu a inserção dos trabalhadores nesta última década. Ou seja, a análise permite verificar se por interferência das políticas econômicas implantadas no Brasil na década de 90 está havendo mudança de comportamento desta variável.

Assim, através da Tabela 5.2, é possível verificar que no período de 1991 a 2002 em Santa Catarina houve aumento da proporção de PFT ocupados por trabalhadores na faixa de idade de 40 a 49 anos de idade, com um acréscimo de 1991 para 2002 de aproximadamente 4,5 pontos percentuais, e na faixa de idade de 50 a 64 anos de idade, que apresentou acréscimo de 1,25 pontos percentuais.

Tabela 5.2: Distribuição dos PFT segundo faixa de idade em Santa Catarina no período de 1991 a 2002.

	10 a 17 anos	18 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 64 anos	65 ou mais
1991	47.176	585.278	128.625	54.391	3.696
1992	38.589	584.149	136.297	56.041	3.244
1993	40.412	615.046	147.016	57.103	3.030
1994	48.150	649.741	159.535	60.599	2.993
1995	45.791	638.806	160.175	59.916	3.145
1996	38.657	641.850	164.416	60.916	3.217
1997	36.452	664.498	171.537	62.533	3.253
1998	27.804	587.065	156.795	56.988	2.997
1999	28.103	706.629	188.941	68.837	3.484
2000	27.109	763.357	207.017	76.615	3.683
2001	25.274	812.141	227.407	86.668	4.079
2002	25.723	863.344	246.339	95.801	4.233

FONTE: RAIS/MTE

Há, portanto, uma clara evidência de que o mercado de trabalho formal urbano de Santa Catarina, a partir da análise quantitativa dos PFT por faixa de idade, está bastante significativo nas faixas de idade que variam de 18 a 64 anos de idade. Mas com uma forte pressão sobre a faixa de idade de 18 a 39 anos de idade, pois, como se observa, é a faixa de idade que se manteve estável durante o período, significando a faixa mais absorvedora das transformações do mundo do trabalho (Moreira e Almeida Filho, 2002).

Adiante, através da Tabela 5.3, é possível observar informações que mostram em que setores estão distribuídos os PFT por faixas de idade. Ou seja, através dos dados da Rais, observa-se que em 1991 e 2002 a faixa de idade ocupante de PFT distribuiu-se com um comportamento parecido em termos de predominância, mas com diferenças importantes em termos de proporção.

A análise dos dados apresenta a seguinte configuração: as faixas de idade com maior proporção de PFT, de acordo com a Tabela 5.2, que são as de 18 a 39 anos de idade e de 40 a 49 anos de idade apresentam em 1991 uma predominância de inserção nas atividades econômicas de indústria de transformação, comércio, serviço e administração pública. A primeira apresenta proporção de 36,7%, 13,14%, 24,9% e 12,60%, respectivamente, significando maior concentração da faixa de idade na atividade de serviços.

5.2 Comportamento do mercado formal de trabalho urbano

Como comportamento do mercado formal de trabalho urbano de Santa Catarina destaca-se a distribuição dos PFT segundo distribuição geográfica, setores de atividade econômica, faixas de remuneração e tipos de desligamento. Todavia, pela parcialmente do relatório, apresenta-se no momento a análise do comportamento dos PFT segundo os setores de atividade econômica.

5.2.1 O emprego formal urbano nos setores econômicos

O comportamento do emprego formal urbano de Santa Catarina, segundo setores econômicos¹⁶, mostra como o setor produtivo respondeu às mudanças econômicas ocorridas a partir de 1990. É possível identificar analisar quais os setores do Estado que estão reduzindo as contratações face o cenário nacional de baixo crescimento econômico ou pela inserção de tecnologia nos processos produtivos e organizacionais, contribuindo para a redução de PFT.

Dessa forma, de acordo com o Gráfico 5.5 observa-se que no período 1991-2002 houve uma mudança na distribuição dos postos formais de trabalho no Estado. Fica claro que setores como o da extrativa mineral reduziu o número de vínculos formais, enquanto os demais setores ou apresentaram estabilidade quanto ao número de PFT ao longo do período ou apresentaram um aumento absoluto dos vínculos formais.

Tabela 5.5: Distribuição dos PFT segundo setores de atividade econômica de Santa Catarina no período 1991 a 2002.

Ano	E. min.	I. transf.	S. Ind.	Const. C.	Comercio	Servicos	Adm. Pub	Agrop.	Total
1991	7.208	295.120	13.708	20.806	101.141	205.346	130.528	15.046	836.766
1992	5.451	279.320	12.669	22.279	97.149	189.470	138.737	16.132	821.482
1993	5.596	304.697	13.440	23.532	101.920	186.215	140.079	17.969	865.650
1994	5.954	342.506	15.183	35.144	127.787	193.536	141.144	30.396	923.592
1995	5.678	330.015	14.469	34.089	133.412	215.098	142.081	29.067	908.745
1996	4.127	325.762	12.779	34.333	134.079	220.427	147.581	28.838	909.608
1997	4.699	322.003	12.233	35.730	149.175	239.492	146.343	29.658	939.741

16 Cf. Anexo A

1998	4.657	313.130	13.462	36.804	152.931	249.175	148.768	27.955	947.016
1999	5.164	347.396	11.680	34.696	162.521	264.010	156.041	30.370	1.011.931
2000	5.728	371.293	11.099	37.519	181.722	287.441	153.262	29.813	1.077.929
2001	5.375	390.330	13.452	41.836	197.839	306.550	166.178	34.152	1.155.712
2002	5.233	416.582	13.570	42.779	214.045	327.065	180.233	36.105	1.235.612

FONTE: RAIS/MTE

Verifica-se de acordo com a tabela 5.5 que ao longo do período o peso relativo de cada setor produtivo no mercado formal de Santa Catarina manteve-se com taxas de variação importantes. O setor de extração mineral apresentou uma taxa de variação média de – 2,5%, a indústria de transformação 2,7%, o serviço industrial de utilidade pública – 0,1%, a construção civil 9,6%, o comércio 10,1%, os serviços 5,4%, a administração pública 3,5% e a agropecuária 12,7%.

Ainda, destaca-se que no intervalo 1991-2002 a taxa de variação do emprego formal para os setores econômicos apresentou-se com alguma mudança, qual seja uma mudança positiva para alguns setores e negativa para outros. Pois, como é visível na tabela 5.5, o setor de extração mineral apresentou uma redução absoluta média de PFT na ordem de 180, que representa uma variação relativa média de – 2,5%.

No âmbito da indústria de transformação, o setor que mais sofreu impactos com a abertura comercial e a desregulamentação de mercado, dada a incidência do acirramento da concorrência e a entrada de produtos importados com preços reduzidos¹⁷, observa-se um comportamento tímido quando comparado com outros setores. Pois, as tabela 5.5 mostra no período 1991-2002 um aumento absoluto médio de 11.042 PFT, significando uma variação relativa média de 3,7%.

Com uma participação no montante geral de PFT catarinenses de 35,3% em 1991 e 33,7% em 2002, fica evidente que a indústria de transformação nos últimos anos está liberando mão-de-obra, quer via modernização do processo produtivo e organizacional, quer seja pelo débil crescimento da economia brasileira no mesmo período. Na análise de Sabóia,

“As causas para as dificuldades enfrentadas pela indústria passam por várias dimensões. Em primeiro lugar, com exceção do período 1993/95, o crescimento econômico dos anos noventa tem sido modesto. Em segundo lugar, a abertura da economia aumentou o nível de competição enfrentado pela indústria. Em terceiro lugar, associado á própria abertura, a indústria passou por importante processo de modernização, especialmente em termos organizacionais, com elevação do nível da produtividade do trabalho”. (1999, p. 827)

A indústria de calçados em Santa Catarina foi a mais atingida com o processo de abertura comercial¹⁸. Pois a concorrência acirrada introduzida no setor nos anos 90 comprometeu-a de modo que apresentou no período 1991-2002 uma taxa de variação média negativa, em torno de 2,1%, significando uma destruição média de 110 PFT por ano no setor. Porém, com maior intensidade a partir de 1994, que se apresenta uma taxa de participação de 0,4% no total de PFT do Estado, contra 0,6% em 1991.

17 A intensificação da importação de bens de consumo final, principalmente, inicia-se em 1990, pela instituição da nova Política Industrial e de Comércio Exterior, que extinguiu a maior parte das barreiras não-tarifárias herdadas do período de substituição de importações e definiu um cronograma de redução das tarifas de importação (Averbug, 1999 p. 46).

18 De acordo com Machado e Moreira (2001, p. 492), “a maioria dos países em processo de abertura comercial experimenta inovações tecnológicas, mudanças nas instituições trabalhistas, diminuição do salário mínimo, entre outras, que acabam por também afetar o nível de emprego e de rendimento”.

Já para os subsetores como os da indústria de produtos minerais não metálicos, a indústria mecânica e a indústria da borracha, fumo, couros, peles e similares, observamos uma tímida taxa de variação média, qual seja, de 0,4%, 0,6% e 1,1%, respectivamente. O que representa um aumento médio e conjunto de 330 PFT ao ano. Isso, em parte explicado pela decadência da atividade de extração mineral, pela maior incidência de peças e equipamentos importados da indústria mecânica e pela entrada de produtos concorrentes dos calçados com preços reduzidos.

Nos demais subsetores da indústria de transformação observa-se um comportamento mais significativo. A indústria de produtos alimentícios e bebidas apresentou no período a maior taxa de variação média de PFT, ou seja, uma taxa média de 6,5%, o que significa a geração de 2.524 PFT em média por ano no Estado. No entanto, o subsetor partiu de uma taxa de participação de 4,6% do total de PFT em 1991 para 5,3% em 2002.

A indústria química e a metalúrgica apresentaram no período uma taxa de variação média de 6,2%, o que significa que juntos, os subsetores, apresentaram um incremento médio de PFT no mercado formal de trabalho de Santa Catarina na magnitude de 2.280 PFT, significando um total de 25.075 PFT criados pelos dois subsetores. Mas, com um comportamento de estabilidade quanto da participação no total de PFT, pois suas proporções na formação do mercado formal de trabalho do Estado mantiveram-se ao redor de 2%.

Para os demais subsetores verifica-se um comportamento que em parte acompanha o desempenho fraco da variação de PFT no Estado. Os subsetores da indústria de material elétrico de transporte e madeira e mobiliário apresentaram uma taxa de variação média de 3,9%, 3,9% e 3,7%, respectivamente. Todavia, os subsetores apresentaram uma queda da proporção de PFT no total do Estado no período 1991-2002, o que mostra que estas indústrias contribuíram para deslocar trabalhadores da indústria de transformação para outros setores produtivos.

O subsetor da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos foi um setor que sofreu fortes impactos com o processo de abertura comercial implantado no Brasil. Pois, dada a redução das tarifas de importação e a taxa de câmbio favorável, foi possível importar produtos similares a um custo inferior aos nacionais, contribuindo para não enfraquecer o subsetor em nível de concorrência, como para extinguir algumas pequenas e micro empresas.

Cavalcanti, Scherer e Medeiros (1996, p. 85), mostram que a abertura comercial impactou na indústria têxtil; pois, "impôs uma competição acirrada, exigiu, ao mesmo tempo em que facilitou, uma certa modernização ou reestruturação produtiva, na medida que barateava os bens importados e, portanto, os bens de capital (máquinas e equipamentos tecnologicamente mais avançados)".

Na indústria da borracha, fumo, couros, peles e similares observa-se no decorrer do período 1991-2002 um comportamento fraco. Sua taxa de variação média apresentou-se em 1,1%, dada principalmente pela retração da indústria de calçados. Isso significa uma taxa de variação absoluta de 83 PFT ocorrida principalmente pela pequena taxa de participação do subsetor no

mercado formal de trabalho catarinense. Pois, em 1991 representa uma taxa de 0,94% e em 2002 reduz para 0,71%¹⁹.

A indústria de papel e papelão e papelão apresentaram no período uma tímida taxa de variação média de PFT; ou seja, uma taxa 1,63%. Mas, com uma significância relativa, pois, não apresentou uma taxa média muito distante da apresentada pelo setor, que foi de 3,7%. Esta indústria situa-se principalmente na mesoregião Serrana que apresentou no mesmo período uma taxa de variação média de PFT na ordem de 3,9%.

A indústria brasileira na década de 1990 sofreu impactos sem precedentes dadas as estruturas econômicas instaladas no período. Na análise de Araújo Jr,

“(...) velocidade com que se implementou foi excessiva; as mudanças de regras e dos cronogramas deixaram à deriva os processos de adaptação das empresas; além disto, a abertura não se fez acompanhar de políticas que permitissem criar condições de reestruturação e de aumento de competitividade para as empresas brasileiras. Dessa forma, setores inteiros e, principalmente, os menos preparados para enfrentar a competição internacional e para os quais não foram concedidas as condições necessárias para competir no mercado aberto, foram rapidamente eliminados e substituídos por produtos importados. A política de abertura, como foi encaminhada, levou a uma política de comércio exterior que só prejudicou as empresas e os interesses nacionais” (2003, p. 5).

Dentro do setor de comércio, observa-se que o comércio atacadista comportou-se no período com uma taxa média de 7,4%, o que significa um incremento médio de 1.313 PFT. Já para o comércio varejista observa-se uma taxa média de 10,7%, representando um aumento médio de 8.951 PFT. No entanto a participação do subsetor varejista no do mercado formal de Santa Catarina manteve-se estável de 1991 para 2002, quando apresentou uma taxa de 9,96% e 14,71%, respectivamente.

No subsetor de comércio atacadista houve uma taxa de participação de 2,13% em 1991 e uma taxa de 2,61% para 2002. Essa estabilidade mostra que a destruição de PFT no setor de indústria de transformação, com um excedente de trabalhadores neste setor, não foi absorvida pelo setor de comércio e pelo setor dos serviços. Pois, não somente houve uma baixa variação média para estes setores como também houve no período o aumento das taxa de desemprego.

O setor de serviços que compreendem as instituições de crédito, seguros e capitalização, o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços bancários, os serviços de transporte e comunicação, os serviços de alojamento, reparação, manutenção e redação, os serviços médicos odontológicos e veterinário e os serviços de ensino apresentaram no período uma taxa média de variação de 5,4% o que significa uma variação média absoluta de 11.065 novos PFT.

O subsetor de instituições de crédito apresentavam em 1991 uma taxa de participação no emprego formal de Santa Catarina na grandeza de 2,78% e em 2002 passou a apresentar uma taxa

¹⁹ De acordo com Cardoso Jr (2001, p. 21) «O complexo Têxtil, Couros e Calçados, que nos anos 1990 deixou de ser o segundo maior empregador industrial, perdendo espaço relativo para os setores Metal-Mecânico e Material de Transporte e Alimentos, Bebidas e Fumo. O movimento de perda de postos de trabalho nos setores Têxtil, Couros e Calçados está fortemente ligado às trajetórias empresariais de reconversão produtiva impostas pela abertura comercial, uma vez que esse complexo desfrutava de tarifas alfandegárias bastante elevadas, até o início dos anos 1990, as quais foram drasticamente rebaixadas em curto espaço de tempo. Outros complexos expostos abruptamente à concorrência externa foram o Eletroeletrônico, bem como o Químico, Petroquímico, Farmacêutico, Borracha e Plásticos, os quais também sofreram redução relativa no contingente de pessoas ocupadas ao longo dos anos 1990”.

de participação de 1,39%. Isso mostra que foi um dos setores que mais perdeu postos formais de trabalho nos últimos anos, haja vista a redução média de 560 PFT, o que significa uma taxa de variação média na ordem de -2,4%.

A redução dos postos formais de trabalho para o subsetor foi em parte promovida pela introdução de tecnologia, que dinamizou a atividade do subsetor, e pela introdução de novos processos organizacionais e de produção, via introdução do processo de metas produtivas entre outras para os funcionários, que passaram de funcionários com uma qualificação própria das instituições financeiras para uma qualificação comum de vendas de produtos e serviços de créditos sem qualquer vínculo de qualificação com as atividades do sistema financeiro.

O comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos e outros apresentou no período uma taxa de variação média de 6,5%, representando um incremento médio de 3.600 novos PFT. Todavia, vale destacar que sua taxa de participação no mercado formal de trabalho de Santa Catarina não sofreu grande variação. Ou seja, passou de uma taxa de 6,63% em 1991 para 7,70% em 2002.

Para os serviços de transporte e comunicação houve no período umas variações médias de 1.938 PFT, representando uma taxa de variação média de 6,2%, com uma taxa de participação de 3,73% em 1991 e 4,25% em 2002. Também apresentou uma taxa de participação de 3,73% em 1991 e 4,25% em 2002, mostrando, de certa forma, que é um subsetor com pequena participação, mas que apresentou uma ampliação significativa de sua participação no decorrer do período.

Fica evidente que o subsetor apresentou tal comportamento principalmente pela reforma das telecomunicações no Brasil na década de 90, permitindo a expansão, mesmo que tímida, dos PFT para o subsetor. De fato a privatização das teles, com desempenho da estratégia de expansão e modernização das grandes operadoras mundiais num processo de internacionalização do subsetor (Wohlers e Ferreira Jr, 1998, p. 1354), acarretou a melhora na participação do subsetor no mercado formal de Santa Catarina.

No subsetor de serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação e o subsetor de serviços médicos, odontológicos e veterinários não houve praticamente alteração da taxa de participação no mercado formal de trabalho do Estado. No entanto, apresentam uma taxa de variação média de PFT na ordem de 3,5% e 4,7%, respectivamente. Isso significa que criaram juntas intervalo 1991-2002 em média 3.463 novos PFT.

6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

6.1 Síntese das atividades realizadas

As atividades desenvolvidas até o momento resultando num relatório parcial que exprime a análise total do primeiro objetivo específico e a análise parcial do segundo objetivo específico. Porém, dada a renovação da Bolsa de Iniciação Científica, estas informações farão parte do desenvolvimento total da pesquisa.

As atividades são descritas de acordo com o cronograma do subprojeto de pesquisa e se resumem como segue:

- 1- Realização de curso de treinamento RAIS/CAGED oferecido pelo MTE;
- 2- Levantamento da literatura: em livros, revistas, jornais e instituição de pesquisa;
- 3- Leitura e fichamento da literatura;
- 4- Elaboração parcial de texto para discussão;
- 5- Tabulação de dados estatísticos a partir da base dados RAIS/MTE;
- 6- Tratamento estatístico e teórico das informações colhidas;
- 6- Organização de Informações (separação das informações por sub-área de estudo);
- 7- Análise de Informações;
- 10- Discussão das informações com o orientador;
- 11- Elaboração e revisão de relatório parcial

6.2 Resultados obtidos até o momento

Os resultados parciais obtidos até o momento poderão contribuir para o debate sobre mercado formal de trabalho de Santa Catarina, assim como, sobre políticas econômicas, uma vez que as informações levantadas e relatadas tiveram tratamento científico.

Assim a pesquisa realizada até o momento proporcionou como resultado parcial o seguinte produto:

- a) Uma base de dados importante acerca das características do mercado de trabalho formal urbano de Santa Catarina na década de 90 e que servirá para a construção de artigos;
- b) Um texto para discussão parcial, que será concluído quando da obtenção de todos os objetivos, para ser apresentado em congresso;
- c) um relatório parcial de pesquisa apontando as principais análises acerca dos objetivos trabalhados até o momento;
- d) conclusões parciais quanto ao mercado formal de trabalho como a verificação de mudança do perfil dos ocupantes dos PFT ao longo da década, assim como, comportamentos dos PFT segundo setores de atividade econômico que em parte respondem às mudanças econômicas ocorridas no país na década de 90, como a indústria têxtil e de calçados, por exemplo.

7.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO JR, Aloysio Marthins de. O desempenho da indústria brasileira na década de 1990. In.: V ENCONTRO DE ECONOMIA DE LÍNGUA PORTUGUESA. Recife, 2003. *Anais...* Recife: UFPE, 2003. CD-ROM.

ARIENTI, Wagner Leal. Do Estado keynesiano ao Estado schumpeteriano. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 23, n. 4 (92), p. 97-113, out./dez. 2003.

AVERBUG, André. Abertura e integração brasileira na década de 90. In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Mauricio Mesquita (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. 1. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 1999

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP, 1998.

_____. Regime de trabalho e flexibilidade no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP, 1998a.

BAUMANN, Renato. O Brasil nos anos 1990: uma economia em transição. In: BAUMANN, Renato (Org.). *Brasil: uma década em transição*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CAMARGO, José Marcio. Flexibilidade e produtividade do mercado de trabalho brasileiro. In: CAMARGO, José Marcio (org.). *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____, NERI, Marcelo; REIS, Maurício Cortez. Emprego e produtividade no Brasil na década de 1990. In: BAUMANN, Renato (Org.). *Brasil: uma década em transição*. Rio de Janeiro: Campus, 1999

CARDOSO JR, José Celso. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. *Texto para discussão*, Brasília, n. 814, ago/2001. 62 p. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br> >. Acesso em: 13 julho 2004.

CARVALHO, Adelar Fochezatto; CARVALHO, Vera Regina. Como fazer descrição e análise quantitativa de dados. In: ÁVILA, Bêni (org). *Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAVALCANTI, André Artur Pompéia, et al. *Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina*. Florianópolis: DIEESE dez. 1996.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Reestruturação produtiva e tendências do emprego. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998.

_____. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Unicamp Campinas: São Paulo, 1999.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991*. 2. ed. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOVÁCS, Ilona. Reestruturação empresarial e emprego. In: WORKSHOP REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, EMPREGO E MUDANÇAS TÉCNICO ORGANIZACIONAIS NAS EMPRESAS, 1. , Florianópolis. Anais... Florianópolis: NINEIT, UFSC, 2003.

LARA. Luiz Fernando. *Os impactos da reestruturação produtiva sobre o trabalho: um estudo da percepção dos trabalhadores em uma empresa do setor de bens de capital*. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002

LEGAT, Angelo Luiz Maurios. *Reestruturação produtiva e políticas públicas de emprego e renda no Brasil: o caso do plano estadual de qualificação do Paraná no período 1996/2000*. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MACHADO, Ana Flávia, MOREIRA, Maurício Mesquita. Os impactos da abertura comercial sobre a remuneração relativa do trabalho no Brasil. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 491-517, jul./set. 2001.

LINS, Hoyêdo Lins. Reestruturação produtiva e impactos sócio-espaciais. *Texto para discussão*, Florianópolis, n. 4, p. 1-20, abr. 1998.

MASSUDA, Ely Mitie. A evolução do emprego na indústria têxtil brasileira – 1992 – 1999. In: V ENCONTRO DE ECONOMIA REGIÃO SUL, Florianópolis, 2002. *Anais...* Florianópolis: ANPEC, 2002. CR-ROM.

MATTEI, Lauro. *Globalização econômica e exclusão social: duas faces de uma mesma moeda*. Florianópolis, 25 p. Trabalho não publicado.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. *Transformações nos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos a partir da retomada da hegemonia americana*. 2001. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2001.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. Transformações econômicas recentes no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP, 1998.

_____. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de emprego nos anos 90*. 2. ed. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 1999.

MARTINS, Valfrido Antônio. *Indústria de clear blocks no Paraná: análise da competitividade diante da globalização e das mudanças estruturais ocorridas na década de 90*. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal de Santa Catarina, Ponta Grossa. 2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Base Estatística: Relação Anual de Informações Sociais*. Brasília: 1991-2002, CD-ROM.

MOREIRA, Marcelo José, ALMEIDA FILHO, Niemeyer. A inserção precária do jovem no mercado de trabalho brasileiro. In: V ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Fortaleza, 2002. *Anais...* Fortaleza: SEP, 2002. CR-ROM.

MUNHOZ, Dércio Garcia. *Economia aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra*. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP, 1998.

PEREIRA, José Maria. Desemprego e flexibilização do emprego. *Indicadores Econômicos*. Porto Alegre, v. 26, n. 3, 1998.

SABOIA, João. Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional. In: XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, Belém, 1999. *Anais...* Belém: ANPEC, 1999, p. 827-846.

STALLIVIERI, Fabio. *Uma análise empírica do Mercado de trabalho formal de Santa Catarina no período de 1986-1999: um estudo de caso das microrregiões de Blumenau e Itajaí*. 2002. Monografia (Bacharelado em Economia) – UFSC, Florianópolis.

TAVARES, Maria da Conceição Tavares. *A economia política do Real*. In: MERCADANTE, Aloizio (Org). *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. São Paulo: UNICAMP, 1998.

ULHÔA, Vander M. M. Notas sobre os impactos da abertura nas estruturas produtivas e as contas externas brasileiras. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Porto Alegre, 1999. *Anais...* Porto Alegre: SEP, 1999. CR-ROM.

INIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. Sobre taxa de variação. Disponível em: < <http://www.inf.unisinos.br/~madelia/taxa03.doc> > . Acesso em: 28 mai. 1998.

URANI, André. Ajuste macroeconômico e flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil: 1981-95. In: CAMARGO, José Marcio (org.). *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANEXO A

TABELA 1: Distribuição dos PFT em Santa Catarina segundo 26 subsetores de atividade econômica no período de 1991 a 2002.

Subsetores	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Extrativa Mineral	7.208	5.451	5.596	5.954	5.678	4.127	4.699	4.657	5.164	5.728	5.375	5.233
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	22.173	19.692	19.569	20.962	20.010	19.738	20.519	21.214	22.127	22.275	22.887	23.221
Indústria Metalúrgica	18.560	18.596	20.457	21.609	22.116	25.694	20.594	21.253	29.798	27.583	28.939	31.271
Indústria Mecânica	25.154	23.040	24.693	30.348	24.145	23.160	21.154	20.737	21.637	22.638	24.846	26.824
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	8.329	8.162	8.163	9.412	10.272	10.109	9.699	9.182	9.536	10.543	11.543	11.934
Indústria do Material de Transporte	6.372	5.910	5.795	4.801	7.719	7.211	7.558	7.432	7.146	8.344	9.142	9.105
Indústria da Madeira e do Mobiliário	50.534	50.127	54.524	57.001	52.879	52.819	54.858	52.276	59.969	63.781	63.982	70.861
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	15.702	15.262	14.200	17.805	18.367	18.260	18.408	17.498	17.275	18.541	19.459	20.132
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	7.899	7.611	9.456	5.740	5.499	5.669	6.923	5.463	5.959	7.116	7.824	8.813
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria	18.006	16.739	17.957	18.394	19.690	19.592	21.601	22.248	23.069	25.890	27.666	30.370
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	78.363	71.398	85.489	98.987	92.174	87.490	84.237	83.577	91.525	103.379	110.418	113.474
Indústria de Calçados	5.211	5.591	6.689	5.750	3.735	3.240	2.881	2.842	3.224	3.999	3.771	3.998
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico	38.817	37.192	37.705	51.697	53.409	52.780	53.571	49.408	56.131	57.204	59.853	66.579
Serviços Industriais de Utilidade Pública	13.708	12.669	13.440	15.183	14.469	12.779	12.233	13.462	11.680	11.099	13.452	13.570
Construção Civil	20.806	22.279	23.532	35.144	34.089	34.333	35.730	36.804	34.696	37.519	41.836	42.779
Comércio Varejista	83.357	78.808	82.736	107.259	109.886	113.926	126.707	129.705	138.001	154.069	167.736	181.815
Comércio Atacadista	17.784	18.341	19.184	20.528	23.526	20.153	22.468	23.226	24.520	27.653	30.103	32.230
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização.	23.294	21.485	21.952	22.471	19.936	18.704	18.545	17.266	16.816	18.026	17.831	17.134
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico	55.499	52.722	54.118	44.276	46.164	51.389	57.372	62.321	68.462	80.326	85.523	95.100
Transportes e Comunicações	31.170	29.516	26.607	41.484	41.476	40.998	45.538	44.256	45.024	47.256	50.799	52.488
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção,	73.172	69.733	67.422	55.483	61.361	64.415	70.575	73.804	82.366	86.090	93.457	101.644
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários.	18.436	12.691	12.994	19.723	20.443	22.498	23.513	23.862	23.868	24.716	26.095	28.053
Ensino	3.775	3.323	3.122	10.099	25.718	22.423	23.949	27.666	27.474	31.027	32.845	32.646
Administração Pública Direta e Autárquica	130.528	138.737	140.079	141.144	142.081	147.581	146.343	148.768	156.041	153.262	166.178	180.233
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal	15.046	16.132	17.969	30.396	29.067	28.838	29.658	27.955	30.370	29.813	34.152	36.105
Outros / Ignorado	47.863	60.275	72.202	31.942	4.836	1.682	408	134	53	52	0	0
Total	836.766	821.482	865.650	923.592	908.745	909.608	939.741	947.016	1.011.931	1.077.929	1.155.712	1.235.612

FONTE: RAIS/MTE